

Prof. Dr. Juarez Cirino dos Santos

Professor de Direito Penal da Universidade Federal do Paraná
Presidente do Instituto de Criminologia e Política Criminal - ICPC

DIREITO PENAL

Parte Geral

9ª edição
revista, atualizada e ampliada





Copyright© Tirant lo Blanch Brasil
Editor Responsável: Aline Gostinski

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

1167912

S235 Santos, Juarez Cirino dos
Direito penal : parte geral / Juarez Cirino dos
Santos. – 9.ed. rev. atual e ampl. – São Paulo :
Tirant lo Blanch, 2020.
736 p.

ISBN: 978-65-9901-335-5

1. Direito penal. 2. Lei penal. I. Título.

CDU: 343.2

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§, Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant Empório do Direito Editorial Ltda.



tirant
lo blanch

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Tirant Lo Blanch Brasil

Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, nº 2909, sala 44.

Bairro Jardim Paulista, São Paulo - SP CEP 01401-002

Fone: + 55 11 2894 7330

Email: contato@tirant.com

www.tirant.com.br

SUMÁRIO

TEORIA DA LEI PENAL

CAPÍTULO 1

DIREITO PENAL	27
I. Conceito de Direito Penal	27
II. Objetivos do Direito Penal.....	28
1. Objetivos <i>declarados</i> do discurso jurídico oficial.....	28
2. Objetivos <i>reais</i> do discurso jurídico crítico.....	30
2.1. Direito Penal e desigualdade social.....	33
2.2. O bem jurídico na sociedade capitalista: ainda um conceito necessário	37

CAPÍTULO 2

PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL	43
I. Princípio da legalidade	43
1. Proibição de <i>retroatividade</i> da lei penal	44
2. Proibição de <i>analogia</i> da lei penal (<i>in malam partem</i>)	45
3. Proibição do <i>costume</i> como fonte da lei penal	46
4. Proibição de <i>indeterminação</i> da lei penal	46
II. Princípio da culpabilidade.....	47
III. Princípio da lesividade	49
IV. Princípio da proporcionalidade	50
V. Princípio da humanidade	53
VI. Princípio da responsabilidade penal pessoal	54

CAPÍTULO 3

VALIDADE DA LEI PENAL.....	57
A) Validade da lei penal no espaço	57
I. O critério da territorialidade.....	58
1. Conceito de território	59
2. Imunidades diplomáticas	59
3. Navios e aviões públicos e privados.....	61
4. Lugar do crime	62

II. Critério da extraterritorialidade.....	63
1. Princípio da proteção.....	64
2. Princípio da personalidade.....	65
3. Princípio da competência universal.....	66
III. Extradicação	68
B) Validade da lei penal no tempo	70
I. O critério geral: princípio da legalidade.....	70
II. O critério específico: lei penal mais benigna.....	71

CAPÍTULO 4

INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL.....	79
I. O significado de norma jurídica	79
II. A interpretação da norma penal	80
1. Técnicas de interpretação	81
2. Sujeitos da interpretação.....	81
3. Resultados da interpretação	82
4. Analogia e interpretação	83
III. O silogismo como lógica de subsunção jurídica	86
IV. Fontes da norma penal.....	87

TEORIA DO FATO PUNÍVEL

CAPÍTULO 5

FATO PUNÍVEL	91
I. Definições de crime.....	91
II. Os sistemas de fato punível	93
III. Teoria do tipo	101
1. Conceito e funções do tipo	101
2. Desenvolvimento do conceito de tipo	101
3. Adequação social e exclusão de tipicidade	104
4. Elementos do tipo legal: objetivos, subjetivos, descritivos e normativos.....	105
5. Modalidades de tipos.....	106

CAPÍTULO 6

TEORIA DA AÇÃO	113
-----------------------------	------------

I. Introdução	113
II. Definições do conceito de ação	115
1. Modelo causal de ação	115
2. Modelo <i>teleológico</i> de ação	118
2.1. Conceito	118
2.2. Estrutura.....	119
2.3. O <i>trabalho</i> como novo fundamento teleológico da ação	122
3. Modelo social de ação	125
4. Modelo negativo de ação	127
5. Modelo pessoal de ação	129
6. Modelo comunicativo de ação	131
III. Funções do conceito de ação.....	134
IV. Conclusão.....	137

CAPÍTULO 7

TIPO DE INJUSTO DOLOSO	139
I. Introdução	139
II. Tipo objetivo	139
1. Causação do resultado	140
1.1. Teoria da equivalência das condições	141
1.2. Teoria da adequação	146
2. Imputação (objetiva) do resultado	147
2.1. A ação do autor <i>não cria</i> risco do resultado	148
2.2. O risco criado pela ação <i>não se realiza</i> no resultado	149
III. Tipo subjetivo.....	151
1. Dolo	151
1.1. Espécies de dolo	153
1.1.1. Dolo direto de 1º grau	155
1.1.2. Dolo direto de 2º grau	156
1.1.3. Dolo eventual	156
1.2. Dolo alternativo.....	165
1.3. A dimensão temporal do dolo	166
2. Erro de tipo.....	166
2.1. Erro de tipo e erro de subsunção	167
2.2. A intensidade de representação das circunstâncias de fato.....	169
3. Atribuição subjetiva do resultado em desvios causais.....	171
4. Elementos subjetivos especiais	175

CAPÍTULO 8

TIPO DE INJUSTO IMPRUDENTE*	179
I. Introdução	179
II. A capacidade individual como critério de definição de imprudência	180
III. O tipo de injusto imprudente	183
1. O desvalor de ação: lesão do dever de cuidado ou do risco permitido	184
2. O desvalor de resultado: lesão do bem jurídico protegido	190
2.1. Imputação do resultado ao autor	191
2.2. Exclusão da imputação do resultado	192
2.3. A previsibilidade e a previsão do resultado	198
IV. Tipo objetivo e tipo subjetivo	204
V. Crimes qualificados pelo resultado: combinações dolo/imprudência	205

CAPÍTULO 9

TIPO DE INJUSTO DE OMISSÃO DE AÇÃO	209
I. Introdução	209
II. Ação e omissão de ação	209
III. Omissão de ação própria e imprópria	211
IV. A omissão de ação imprópria e o princípio da legalidade	213
1. A proibição de analogia penal	213
2. A proibição de indeterminação penal	214
V. Estrutura dos tipos de omissão de ação	217
1. O tipo objetivo da omissão própria e imprópria: elementos comuns	218
2. O tipo objetivo da omissão de ação imprópria: elementos específicos	220
3. O tipo subjetivo da omissão de ação	226
VI. Conhecimento do injusto e erro de mandado	228
VII. Tentativa e desistência na omissão de ação	229
VIII. A exigibilidade da ação mandada	230

CAPÍTULO 10

ANTI JURIDICIDADE E JUSTIFICAÇÃO	231
I. Teoria da antijuridicidade	231
1. Introdução	231
2. Fundamento das justificações	235

3. Conhecimento e erro nas justificações	236
4. Efeito das justificações	239
II. Justificações	240
A) Legítima defesa.....	240
1. Situação justificante.....	241
2. Ação justificada.....	244
2.1. Elementos subjetivos da ação de defesa	244
2.2. Elementos objetivos da ação de defesa	245
2.3. A permissibilidade da legítima defesa	247
3. Particularidades	250
a) Legítima defesa de outrem	250
b) Extensão da justificação	250
c) Excesso de legítima defesa	251
4. Legítima defesa de refém, por agente de segurança pública	251
B) Estado de necessidade	253
1. Situação justificante.....	254
2. Ação justificada.....	256
2.1. Elementos subjetivos da ação necessária	257
2.2. Elementos objetivos e normativos da ação necessária.....	257
3. Posições especiais de dever	263
C) Estrito cumprimento de dever legal	267
1. Situação justificante.....	267
2. Ação justificada.....	268
2.1. Ruptura dos limites do dever na aplicação da lei	268
2.2. Cumprimento de ordens antijurídicas	270
3. Elementos subjetivos do estrito cumprimento de dever legal.....	271
D) Exercício regular de direito.....	271
1. Situações justificantes	271
2. Ação justificada.....	275
3. Elementos subjetivos no exercício regular de direito.....	276
E) Consentimento do titular do bem jurídico.....	276
1. Consentimento real	278
1.1. Objeto do consentimento	278
1.2. Remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo humano (Lei 9.434/97)	280
1.3. Capacidade e defeito de consentimento	281
1.4. Manifestação do consentimento.....	282

2. Consentimento presumido	283
3. O problema da eutanásia	285
F) Justificação nos tipos de imprudência	288

CAPÍTULO I I

CULPABILIDADE E EXCULPAÇÃO 291

I. Conceito de culpabilidade.....	291
1. Desenvolvimento do conceito de culpabilidade	292
1.1. Conceito psicológico de culpabilidade	292
1.2. Conceito normativo de culpabilidade.....	293
2. Definições materiais do conceito normativo de culpabilidade	295
3. O <i>princípio da alteridade</i> como base da responsabilidade social ..	299
II. Estrutura do conceito de culpabilidade	301
1. Capacidade de culpabilidade.....	301
1.1. Incapacidade de culpabilidade.....	302
1.2. Capacidade relativa de culpabilidade	306
1.3. Problemas político-criminais especiais.....	307
2. Conhecimento do injusto e erro de proibição	311
2.1. Conhecimento do injusto	312
2.2. Consequências legais do erro de proibição.....	322
2.3. Natureza evitável ou inevitável do erro de proibição.....	323
2.4. Meios de conhecimento do injusto.....	324
2.5. Erro de proibição na lei penal brasileira.....	327
2.6. Espécies de erro de proibição na lei penal brasileira.....	332
3. Exigibilidade de comportamento diverso	335
3.1. Normalidade do fato e exigibilidade jurídica	335
3.2. A inexigibilidade como fundamento geral de exculpação.....	336
3.3. As situações de exculpação	337
a) Coação irresistível	338
b) Obediência hierárquica.....	340
c) Excesso de legítima defesa real por defeito emocional.....	342
d) Excesso de legítima defesa putativa por defeito emocional ...	344
a) Fato de consciência	345
b) Provocação da situação de legítima defesa	347
c) Desobediência civil	347
d) Conflito de deveres.....	348

CAPÍTULO 12

OUTRAS CONDIÇÕES DE PUNIBILIDADE351

- I. Introdução351
- II. Condições objetivas de punibilidade351
- III. Fundamentos excludentes de pena352

CAPÍTULO 13

AUTORIA E PARTICIPAÇÃO.....355

- I. Introdução355
- II. Conceito de autor356
 - 1. Teoria unitária de autor356
 - 2. Conceito restritivo de autor357
 - 3. Teoria subjetiva de autor358
 - 4. Teoria do domínio do fato359
- III. Formas de autoria.....361
 - 1. Autoria direta361
 - 2. Autoria mediata.....362
 - 2.1. Hipóteses de autoria mediata 362
 - 2.2. Problemas especiais 365
 - 3. Autoria coletiva (ou coautoria)367
 - 3.1. Decisão comum para o fato..... 368
 - 3.2. Realização comum do fato 368
 - 3.3. Distribuição da responsabilidade penal 369
- IV. Participação como contribuição acessória dolosa em fato principal doloso de outrem.....372
 - 1. Instigação374
 - 1.1. O dolo do instigador e a decisão do autor 375
 - 1.2. O dolo do instigador e o fato do autor 376
 - 1.3. Erro de tipo e erro de tipo permissivo 377
 - 2. Cumplicidade.....378
 - 2.1. Natureza da ajuda material..... 378
 - 2.2. O dolo do cúmplice e o fato principal..... 379
 - 3. Concorrência de formas de participação380
 - 4. Participação necessária381
 - 5. Tentativa de participação381
- V. Comunicabilidade das circunstâncias ou condições pessoais382

CAPÍTULO 14

TENTATIVA E CONSUMAÇÃO	385
I. Introdução	385
II. Teorias da tentativa	386
1. Teorias objetivas	387
1.1. Teoria objetiva formal	387
1.2. Teoria objetiva material	388
2. Teoria subjetiva.....	389
3. Teoria objetivo-subjetiva (ou objetiva individual).....	389
4. O tipo de tentativa	391
5. Consumação formal e material	393
6. Objeto da tentativa.....	393
7. Fundamento da punibilidade da tentativa.....	395
8. Tentativa inidônea	396
9. Delito de alucinação	398
III. Desistência da tentativa	399
1. Teorias sobre desistência da tentativa	399
2. Tentativa inacabada e acabada.....	400
3. Estrutura da desistência da tentativa	402
3.1. Desistência voluntária.....	402
3.2. Arrependimento eficaz	403
4. Tentativa falha	404
5. Extensão dos efeitos da desistência da tentativa.....	405
6. Desistência da tentativa no concurso de pessoas.....	406
6.1. Participação	406
6.2. Coautoria.....	406
7. Arrependimento posterior	407

CAPÍTULO 15

UNIDADE E PLURALIDADE DE FATOS PUNÍVEIS	409
I. Introdução	409
II. Unidade e pluralidade de ações típicas	410
III. Pluralidade material de fatos puníveis.....	412
IV. Pluralidade formal de resultados típicos	413
V. Unidade continuada de fatos típicos.....	416
1. A disciplina legal	416

2. O paradigma objetivo/subjetivo do crime continuado	418
3. Unidade de injusto e unidade de pena	420
VI. A pena de multa na pluralidade de fatos puníveis.....	421
VII. Limite das penas privativas de liberdade	421
VIII. Pluralidade aparente de leis.....	422
1. Especialidade.....	423
2. Subsidiariedade.....	424
3. Consunção	425
4. Antefato e pós-fato copunidos.....	426

TEORIA DA PENA

CAPÍTULO 16

POLÍTICA CRIMINAL E DIREITO PENAL429

I. O discurso oficial da teoria jurídica da pena	431
1. A pena como retribuição de culpabilidade	431
2. A pena como prevenção especial	433
3. A pena como prevenção geral	435
4. As teorias unificadas: a pena como retribuição e prevenção	437
II. O discurso crítico da teoria criminológica da pena.....	439
A) A crítica negativa/agnóstica da pena criminal	440
B) A crítica materialista/dialética da pena criminal.....	444
1. A pena como <i>retribuição equivalente</i> do crime	444
2. A prevenção especial como garantia das relações sociais	450
3. A prevenção geral como afirmação da ideologia dominante	457
4. Conclusão	462

CAPÍTULO 17

PRISÃO E CONTROLE SOCIAL467

I. Introdução	467
II. A relação cárcere/fábrica.....	470
III. A origem da penitenciária	471
IV. O modelo filadelfiano de penitenciária.....	473
V. O modelo auburniano de penitenciária	475
VI. Indústria do encarceramento: atualidade e perspectivas.....	477
VII. A privatização de presídios no Brasil.....	480

CAPÍTULO 18

O SISTEMA PENAL BRASILEIRO..... 483

I. A política penal brasileira	483
1. Um sistema dualista alternativo em transição.....	483
2. Sistema de medidas repressivas da lei penal.....	484
II. Penas criminais	485
1. Penas privativas de liberdade.....	485
1.1. Regimes de execução	486
1.1.1. Progressão e regressão de regimes	486
1.1.2. Espécies de regime	490
1.2. Direitos e deveres do condenado	493
1.3. A disciplina penal.....	496
1.4. Individualização da execução: classificação e exame criminológico	500
1.5. Detração penal.....	502
1.6. Limite das penas privativas de liberdade	503
2. Penas restritivas de direitos	504
2.1. Natureza	504
2.2. Pressupostos de aplicação das penas restritivas de direitos.....	504
2.3. Espécies de penas restritivas de direitos	506
3. Pena de multa.....	511
3.1. Cominação da pena de multa.....	512
3.2. Aplicação da pena de multa.....	512
3.3. Execução da pena de multa	514
4. Conversibilidade executiva das penas criminais.....	516
5. Cominação das penas criminais	517
5.1. Regras de cominação.....	517
5.2. Cominação das penas de multa	518

CAPÍTULO 19

APLICAÇÃO DAS PENAS CRIMINAIS 521

I. A sentença criminal	521
1. A sentença criminal absolutória	521
2. A sentença criminal condenatória	522
II. O método legal de aplicação da pena	523
1. Definição da pena-base: circunstâncias judiciais (1ª fase)	527
1.1. Elementos do agente.....	528

a) Culpabilidade	528
b) Antecedentes	531
c) Conduta social	532
d) Personalidade	533
e) Motivos	534
1.2. Elementos do fato	535
a) Circunstâncias	535
b) Consequências.....	536
1.3. Contribuição da vítima.....	536
2. Circunstâncias agravantes e atenuantes genéricas (2a fase)	537
2.1. Circunstâncias agravantes.....	538
a) Reincidência	539
b) Motivo fútil ou torpe.....	543
c) Facilitar ou assegurar a execução, ocultação, impunidade ou vantagem de outro crime	544
d) Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulte ou impossibilite a defesa da vítima.....	544
e) Emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum.....	545
f) Vitimização de ascendente, descendente, irmão ou cônjuge....	545
g) Abuso de autoridade ou prevalecimento de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher, na forma da lei específica	546
h) Abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão.....	547
i) Vitimização de criança, de maior de 60 anos, de enfermo ou de mulher grávida.....	548
j) Vítima sob imediata proteção da autoridade	549
l) Ocasão de calamidade pública (incêndio, naufrágio, inundação etc.) ou de desgraça particular da vítima	549
m) Embriaguez preordenada	549
2.2. Circunstâncias agravantes do concurso de pessoas	550
a) Promover, organizar ou dirigir a atividade criminosa coletiva	551
b) Coagir ou induzir à execução material de crime	551
c) Instigar ou determinar ao crime pessoa dependente ou impunível por condição ou qualidade pessoal.....	552
d) Executar ou participar de crime mediante pagamento ou promessa de recompensa	552

2.3. Circunstâncias atenuantes	552
a) Agente menor de 21 (data do fato) ou maior de 70 anos (data da sentença)	553
b) Desconhecimento da lei	554
c) Motivo de relevante valor social ou moral	555
d) Ação espontânea, imediata e eficiente, para evitar ou reduzir as consequências do crime, ou reparação do dano antes do julgamento ...	556
e) Coação resistível, cumprimento de ordem de autoridade superior ou violenta emoção provocada por ato injusto da vítima.....	557
f) Confissão espontânea de autoria de crime perante autoridade	558
g) Influência de multidão em tumulto não provocado.....	558
2.4. Circunstâncias atenuantes inominadas	559
2.5. Concurso de circunstâncias legais.....	559
2.6. Limites de agravação e de atenuação da pena.....	560
3. Alteradores especiais da pena: causas especiais de aumento ou de diminuição da pena	562
III. Efeitos da condenação	563
IV. Reabilitação	569

CAPÍTULO 20

SUBSTITUTIVOS PENAIIS 573

I. Teoria dos substitutivos penais.....	573
1. Teorias tradicionais	573
1.1. Explicações humanitárias	574
1.2. Explicações científicas	574
2. Teorias críticas	575
2.1. Superlotação carcerária.....	575
2.2. Crise fiscal.....	576
2.3. Ampliação do controle social	578
3. Conclusão	579
II. Os substitutivos penais da legislação brasileira.....	580
A) Suspensão condicional da pena	580
1. Pressupostos específicos	581
2. Pressuposto geral da suspensão condicional da pena.....	586
3. Condições legais de execução.....	586
4. Condições judiciais de execução	587

5. Modificação das condições de execução	588
6. Formalidades de concessão	588
7. Revogação	589
8. Prorrogação do prazo.....	591
9. Extinção da pena	591
B) Livramento condicional	591
1. Espécies de livramento condicional.....	592
2. Pressupostos do livramento condicional.....	593
2.1. Pressupostos gerais	594
2.2. Pressupostos específicos.....	595
3. Condições de execução	597
4. Formalidades de concessão	598
5. Revogação	598
6. Efeitos da revogação	600
7. Extinção da pena	600
C) Os substitutivos penais da Lei 9.099/95: <i>a transação penal e a suspensão condicional do processo</i>	601
1. Transação penal	602
1.1. Conceito.....	602
1.2. Requisitos da transação penal.....	602
1.3. Consequências jurídicas da transação penal.....	605
2. Suspensão condicional do processo	606
2.1. Conceito.....	606
2.2. Pressupostos de concessão	607
2.3. Condições de execução	610
2.4. Revogação.....	611
2.5. Extinção da pena.....	611

CAPÍTULO 2 I

MEDIDAS DE SEGURANÇA OU MEDIDAS DE PROTEÇÃO? 613

A) As Medidas de Segurança da legislação penal	613
I. As vias alternativas do Direito Penal brasileiro	613
II. A crise insuperável das medidas de segurança	614
1. Os problemas metodológicos das medidas de segurança	614
2. Os problemas de legalidade das medidas de segurança	615
III. As medidas de segurança da legislação penal	617
1. Pressupostos das medidas de segurança	617

1.1. Realização de fato previsto como crime.....	617
1.2. Periculosidade criminal do autor.....	618
2. Objetivos das medidas de segurança	620
3. Espécies de medidas de segurança	621
3.1. Hospital de custódia e tratamento psiquiátrico	622
3.2. Tratamento ambulatorial.....	623
4. Duração das medidas de segurança.....	624
5. Verificação de cessação da periculosidade criminal.....	625
6. Substituição e conversão das medidas de segurança.....	626
7. Prescrição das medidas de segurança	627
8. Um conflito aparente de leis: o fim das medidas de segurança?	627
B) As Medidas de Proteção da Lei 10.216/2001	628
1. Um novo modelo de saúde mental.....	629
2. Um novo conceito psiquiátrico: pessoas portadoras de <i>transtorno mental</i>	630
3. Os direitos de pessoas com transtorno mental	631
4. Regra e exceção: o tratamento em liberdade e a internação psiquiátrica.....	633
5. Requisitos da internação psiquiátrica	635
6. As consequências para o sistema de justiça criminal.	637
7. Desinternação programada de pacientes com dependência institucional.....	638
8. Recomendações do CNJ aos Tribunais	639
9. As experiências forenses do modelo antimanicomial da Lei 10.216/2001.....	640

CAPÍTULO 22

AÇÃO PENAL	643
I. As limitações democráticas do poder de punir	643
II. Os princípios constitucionais do processo penal.....	643
1. Princípios de formação do processo	644
2. Princípios da prova processual	646
III. Ação penal.....	648
1. Ação penal pública	650
1.1. Ação penal pública incondicionada	650
1.2. Ação penal pública condicionada	651
1.3. Ação penal pública extensiva	652

2. Ação penal privada	653
2.1. Ação penal privada subsidiária da ação pública.....	654
2.2. Transmissão do direito de queixa.....	654
2.3. Extinção do direito de queixa.....	654

CAPÍTULO 23

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE 659

I. Morte do agente.....	659
II. Anistia, graça e indulto	660
III. Descriminalização do fato.....	662
IV. Prescrição, decadência e perempção.....	662
1. Prescrição	662
1.1. Prescrição antes do trânsito em julgado da sentença criminal....	663
1.2. Prescrição depois do trânsito em julgado da sentença condenatória...	665
1.3. Prescrição conforme os níveis de concretização da pena.....	666
1.4. Redução e aumento dos prazos de prescrição.....	667
1.5. Prescrição das penas restritivas de direito.....	670
1.6. Prescrição da pena de multa	670
1.7. Prescrição das medidas de segurança	670
1.8. Causas impeditivas da prescrição.....	671
1.9. Causas interruptivas da prescrição	674
1.10. Prescrição das penas menos graves com as mais graves.....	675
2. Decadência.....	675
3. Perempção	675
V. Renúncia e perdão.....	676
VI. Retratação do agente	677
VII. Perdão judicial.....	678
VIII. A extinção da punibilidade nos tipos complexos, nos tipos dependentes de outros tipos, nos tipos que pressupõem outros tipos, nos tipos qualificados pelo resultado e nos tipos conexos.....	678
IX. A extinção da punibilidade no concurso de crimes.....	679

ANEXO

CAPÍTULO 24

A RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA 683

I. Introdução	683
II. A controvérsia constitucional	684
III. Problemas da responsabilidade penal da pessoa jurídica	689
1. A pessoa jurídica e o conceito de crime	691
1.1. A pessoa jurídica e o conceito de tipo de injusto	692
1.2. A pessoa jurídica e o conceito de culpabilidade	697
1.3. O modelo francês de responsabilidade penal	700
1.4. Conclusão sobre a relação pessoa jurídica/crime	703
2. A pessoa jurídica e o conceito de pena	703
2.1. Lesão da técnica legislativa da lei penal	704
2.2. Lesão do princípio da personalidade da pena.....	706
2.3. Lesão do princípio da individualização da pena.....	709
2.4. Lesão das funções declaradas do discurso oficial da pena	709
2.5. Conclusão	711
BIBLIOGRAFIA	713
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO.....	727